RESUMO
O presente trabalho propõe uma reflexão acerca da História estudada e ensinada nas séries iniciais do ensino fundamental, levando em consideração as reformulações dos currículos, bem como, as adequações dos materiais e livros didáticos. A metodologia do trabalho se faz por meio bibliográfico, no qual foi utilizado livros, artigos científicos, revistas e pesquisas na internet. A pesquisa aborda aspectos dos PCNs de História, onde evidencia que o educador deve refletir criticamente sobre os conteúdos tradicionalmente ensinados e sobre outras possíveis relevâncias dos conteúdos de História para a formação de alunos como agentes transformadores, refletindo sobre o eu, o outro e o nós, no presente, passado e futuro, construindo assim, sua própria história.

Palavras-chave: História. Formação. Transformação.

INTRODUÇÃO
O presente trabalho aborda aspectos da história estudada e ensinada nas séries iniciais do ensino fundamental, destacando aspectos dos PCNs em relação a primeira Lei Nacional do Brasil, que expõe os conteúdos que os professores deveriam ensinar, assim como, a historicidade dos Estudos Sociais, os programas curriculares nas escolas e aspectos da reformulação dos currículos das escolas brasileiras.
A pesquisa também aponta algumas questões relacionadas aos conteúdos de História e Geografia que foram incluídos na área de Estudos Sociais e deveriam ser trabalhados nas quatro primeiras séries sob a forma de atividades integradas, como conteúdos relacionados ao que é próximo do aluno são destacadas, a fim de propor reflexões sobre a temática.
Assim, fica evidenciado que de nada adianta trabalhar com conteúdos da realidade do aluno, ou da realidade de outros povos que o aluno venha a conhecer por intermédio da televisão, se eles são abordados de forma fragmentada, descontextualizada e aleatória.

HISTÓRIA OU ESTUDOS SOCIAIS?
O ensino de História em sua essência, não é um filme explicado pelo professor referindo-se sobre os fatos passados, mas vai além de pesquisas ou de uma simples descrição do passado e se aproxima de uma narrativa histórica
(Zamboni, 1997, p. 70)
A primeira Lei Nacional do Brasil estabelecida cita que os professores deveriam ensinar a ler, escrever, operações, gramática e para leitura a
Constituição do Império e História do Brasil. (PCNS, 1997, p. 19)
A História a qual deveria ser ensinada seria a Civil e a Sagrada. A História Civil utilizava os conhecimentos para pretextos cívicos enquanto a Sagrada preparava o aluno para uma educação moral cristã.
No período do Império o ensino deveria enfatizar a aliança entre o Estado e a Igreja, nesse período as noções de Geografia e História eram disciplinas permitidas pelas autoridades e facultativas, ou seja, não obrigatória.
Em 1837, com a criação do primeiro colégio secundário do país o
"Colégio Pedro II" é que a História foi construída como disciplina autônoma, seguindo o modelo Francês prevalecendo a História do Brasil começou no ensino secundário e logo depois nas escolas elementares. No programa das escolas elementares havia a História Nacional e a História Sagrada tendo como conteúdo a educação religiosa e moral.
Os programas curriculares das escolas elementares foram ampliados por volta de 1870, sob interferências de concepções cientificistas foram incorporadas às disciplinas de "ciências físicas", de História Natural que metodologicamente seriam as "lições de coisas" e a História e Geografia
Universal, História do Brasil e História Regional. Para os educadores o ensino de Histó-

ria despertaria a imaginação dos "meninos" fortalecendo o "senso moral", este aliado à "Inclusão Cívica" disciplina que substituiria a Instrução Religiosa.
Nova reformulação do currículo das escolas primaria foram realizadas no final da década de 1870, tendo como objetivo, criar uma História Profana eliminando assim, a História Sagrada. "Discussões sobre o fim da escravidão, a transformação do regime político do Império para a República e a retomada dos debates sobre o ensino laico, visando dessa vez a separação entre o
Estado e a Igreja Católica e sua ampliação para outros segmentos sociais". (PCNs, 1997, p. 20)
A História dividiu-se em História Profana e História Sagrada, apenas no currículo da História do Império, pois as autoridades escolares exigiam o mínimo das disciplinas obrigatórias enquanto as opcionais dificilmente eram ensinadas, dessa maneira, a História Sagrada predominaria sobre a História Civil Nacional.
A História do Brasil deveria ter como programa a História Sagrada, esta por sua vez substituiria os contos morais "sobre a vida dos Santos" por ações históricas dos governantes e clérigos, pois os mesmos eram considerados heróis, construtores da nação.
As lutas contra os invasores estrangeiros e a sucessão de reis, eram os responsáveis norteadores dos acontecimentos, dessa maneira, a história encontrava-se com o auge dos grandes eventos da "Independência" e da
"Constituição Nacionais", responsáveis pela condução do Brasil a uma grande nação.
Nas aulas de História os professores utilizavam-se dos métodos de memorização e repetição oral dos textos escritos. Os materiais didáticos disponíveis eram apenas a fala do professor e alguns livros didáticos os quais se semelhavam aos dos catecismos, contendo perguntas e respostas, para facilitar as argumentações. Portanto, ensinar História era apenas transmitir os conteúdos dos livros que constavam dos programas oficiais e repetir as lições recebidas.
Com a abolição da escravatura, a implantação da República, no final do século XIX e a busca da racionalização das relações de trabalho e o processo migratório aconteceram outros desafios políticos. Em especial as propostas que mencionava a educação principalmente a elementar, como veículo de transformar o País.
Sob a proteção de um nacionalismo patriótico, o regime republicano "buscava inserir a nação num espírito ávido", assim a escola elementar teria como objetivos, eliminar o analfabetismo, a moralização do povo e a apropriação dos imigrantes estrangeiros dentro de uma ideologia nacionalista e elitista, que direcionava a cada setor o seu lugar no "contexto social". Segundo Martins (2000):

Os Estudos Sociais vinham de uma renovação que se processava nos Estados Unidos dos anos 1930, principalmente intentada por especialistas nas áreas de currículos, que faziam críticas à excessiva "cientificidade" com que eram tratados os conteúdos de ensino. Essa cientificidade, associada ao trabalho acadêmico, denotava o conhecimento de "herança cultural", dotando os alunos de erudição (p. 93).

Na reelaboração de alguns conteúdos, para definir as disciplinas escolares no plano do currículo, foram necessárias algumas disputas. Uns desejavam disciplinas mais científicas, técnicas, práticas, nos moldes da modernização, enquanto outros defendiam as disciplinas literárias, acreditavam que eram formadoras do espírito. Resultando das disputas, as disciplinas escolares alcançaram maior autonomia, objetivando-se e tornando-se detentora dos próprios conhecimentos, desenvolvendo dessa maneira métodos pedagógicos. O papel da História no currículo passou a ser o de: civilizatório e o patriótico, formando, juntamente com a "Geografia e a Língua Pátria", o tripé da nacionalidade, cujo objetivo seria ter um novo modelo de trabalhador: o cidadão patriótico.
A História Universal foi substituída pela História da Civilização, separando assim, o laico sagrado na História, desviando os acontecimentos da religião para o processo civilizatório, pelo principal agente histórico, o Estado. Dessa maneira, a "periodização da História Universal", que relacionava os "Tempos An-

tigos com o templo bíblico" com o tempo sagrado predominando sobre o histórico, foi descartado, passando-se a estudar a "Antiguidade do Egito e da Mesopotâmia, com o aparecimento de um Estado forte, centralizado, uma cultura escrita, através da gênese da Civilização".

A História Pátria era identificada pela História Nacional, a primeira unida à História da Civilização, tinha como missão "integrar o povo brasileiro à moderna civilização ocidental" (PCNs, 1997, p. 22).

Pedagogia do Cidadão era como se denominava a base da História Pátria, assim, em seus conteúdos deveriam ser culminante as tradições de um passado homogêneo, com ações gloriosas de ilustres personagens históricos lutando pela defesa de unidade nacional e território.

O civismo ocupou o lugar da moral religiosa, entretanto, os "conteúdos patrióticos" não deveriam restringir-se apenas ao âmbito da sala de aula. Todos os segmentos da escola, em seu cotidiano escolar deveriam desenvolver

"festas", "desfiles cívicos", "eventos comemorativos" e "celebrações de cultos aos símbolos da Pátria".

Os governos republicanos nas primeiras décadas do século XX fizeram algumas reformas, porém, não alterou em nada a situação da escola pública. Através do fortalecimento de debates sobre problemas educacionais, surgiram outras propostas contrárias ao modelo oficial de ensino, estas reprimidas pelo governo republicano.

Com a criação do Ministério da Educação, Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos, a partir de 1930, fortaleceram-se o poder central do Estado e o controle sobre o ensino. O ensino de História era aplicado da mesma maneira em todo o País, enfatizando-se o estudo de "História Geral". A educação ao mesmo tempo sofria influências das propostas do movimento escolanovista inspirado na pedagogia norte-americana. (PCNs, 1997, p. 23). Nessa pedagogia constava a introdução dos Estudos Sociais no currículo, substituindo a História e Geografia, principalmente para o ensino elementar.

Diante do exposto, os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam:

A partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos, acentuou-se o fortalecimento do poder central do Estado e do controle sobre o ensino. O ensino de História era idêntico em todo o País, dando ênfase ao estudo de História Geral, sendo o Brasil e a América apêndices da civilização ocidental. Ao mesmo tempo refletia-se na educação a influência das propostas do movimento escolanovista, inspirado na pedagogia norte americana, que propunha a introdução dos chamados Estudos Sociais, no currículo escolar, em substituição à História e

Geografia, especialmente para o ensino elementar (PCN, 1998, p.16)

Através da industrialização e urbanização, tornou-se a pensar sobre o

"endosso" do povo brasileiro na História.

Alguns analisavam os porquês de o País estar economicamente atrasado, no qual há uma população predominante mestiça, outros buscavam "conhecer a identidade nacional", suas peculiaridades culturais relacionadas aos outros países, de como "assegurar condições de igualdade na integração da sociedade brasileira à civilização ocidental" (PCNs, 1997, p. 23).

A História ensinada nos programas e livros didáticos relacionava-se à democracia racial, a ausência de preconceitos raciais e étnicos. Brancos descendentes de portugueses, índios e negros formavam então o povo brasileiro, partindo dessa trindade, surgiram os mestiços que em conjuntos harmônicos, compõem uma sociedade multirracial, sem conflitos, "cada um contribuindo com seu trabalho para o crescimento do País".

A metodologia pouco mudou, ao longo desse período, as escolanovistas propunham aulas direcionadas nas atividades dos alunos, confecções de trabalhos concretos como maquetes, visitar museus, comparar fatos e épocas (PCNs, 1997, p. 24), o que permanecia era a decoração e as comemorações cívicas que tornaram a ser parte fundamental da rotina escolar.

Desde a Segunda Guerra Mundial até o fim da década de 70 ocorreram lutas para que a

História fosse específica e pelo progresso dos Estudos Sociais no currículo escolar. Identificam-se dois acontecimentos sublimes nesse processo: a democratização do País com o fim da ditadura Vargas e o segundo durante o governo militar. (PCNs, 1997, p. 24).

O período entre 1950 a 1970 é marcado por intenso movimento de crítica e renovação do pensamento geográfico no mundo e no Brasil. Orientada no início para o positivismo como fundamento do discurso geográfico existente, paulatinamente a crítica descobre no processo histórico da acumulação primitiva e na abstratividade do valor que vem com ele as origens dos problemas que se busca resolver (MOREIRA, 2014, p. 9).

A História, após a guerra, começou a ser denominada pela política internacional como uma disciplina que formasse o cidadão para a paz, merecendo atenção especial tanto no currículo quanto na elaboração dos materiais didáticos. Para a UNESCO, os livros e as propostas curriculares deveriam atentar para possíveis perigos, em enfatizar "histórias de guerra",
"questões raciais e preconceituosas". A História deveria aprofundar-se em conteúdo humanístico pacifista, centrando-se nos avanços tecnológicos, científicos e culturais da humanidade.
Partindo da influência americana na vida econômica brasileira, no decorrer das décadas de 50 e 60, o ensino de História no nível secundário, focou-se para o "espaço americano", enriquecendo o lugar da História da América, predominando a História dos Estados Unidos. A economia ganhou espaço na disciplina que iniciou o "estudo dos ciclos econômicos".
Enquanto a História era transmitida a partir da sucessão dos centros econômicos, mineração, café e industrialização. Concomitantemente introduziam se os programas de Estudos Sociais nas escolas vocacionais e experimentais deveriam predominar nessa concepção o discurso de uma educação voltada para o trabalho e de uma preparação para o mundo urbano e
industrial.

Os conteúdos de História e Geografia foram incluídos na área de Estudos Sociais e deveriam ser trabalhados nas quatro primeiras séries sob a forma de atividades integradas. Nesse sentido, NADAI (1988) faz um breve resumo dos Estudos Sociais nas escolas brasileiras:

- No início da década de 30, quando no contexto da divulgação/absorção do ideário da escola pragmática norte americana no Brasil, são realizadas as primeiras discussões sobre o assunto.
- Nas décadas de 50/60, quando a partir de uma possibilidade criada pela Lei de Diretrizes e Bases, Lei número 4.024 de 20.12.1961, são instituídas as primeiras inovações na escola oficial.
- Na década de 70, quando, no contexto das políticas que se seguiram ao golpe militar de 1964, ocorreram reformas no sistema educacional abrangendo todos os graus e a criação da licenciatura curta.
- Nas décadas de 70/80, quando no bojo de sua institucionalização, ocorreu também o movimento de resistência e luta contra sua implantação.

Essas atividades deveriam ser planejadas de forma a possibilitar o estudo da realidade próxima dos alunos, de suas experiências de vida e dos grupos com os quais convivem, ou seja, da realidade concreta, para que, a partir da análise desses fenômenos e dessas experiências, eles iniciassem o processo de abstração e de formação de conceitos científicos. Essa proposta buscava adequar o estudo ao momento de desenvolvimento dos alunos que, segundo Piaget está na fase das operações concretas.

Constituem os Estudos Sociais, atividade interdisciplinar, que se processa com a História, a Geografia, Economia e Política, Sociologia e Antropologia Cultural, ciências sociais essas, cujo ensino, ministrado através de metodologia especial, tem por fim realizar valores sociais, exigidos pela época. Assim as Ciências Sociais investigam as relações humanas em função dos nossos tempos, e os Estudos Sociais servem-se do conhecimento

global delas para obter conclusões práticas, úteis à vida da sociedade... desejamos mostrar as reais possibilidades de desenvolvimento dos atributos humanos. Na obtenção desse objetivo, cabe papel de alta importância aos Estudos Sociais, como disciplina polarizadora dos valores sociais, especialmente na elaboração de um novo humanismo, capaz de abrir novos horizontes à cultura e à civilização. (GASMAN e FONSECA, 1969)

A partir dessas orientações, começou a ser realizado nas escolas um trabalho que, tendo como base um critério de ordem espacial, realiza estudos que se iniciam com a exploração da casa e da escola, passando depois pelo bairro, pela cidade, pelo município, pelo estado até chegar ao país.
A falta de uma melhor compreensão das bases dessa proposta gerou uma série de equívocos e confusões na medida em que os professores passaram a promover o estudo desses espaços paralelamente às comemorações de datas cívicas sendo que, na 4ª série, mantenha-se o ensino da História do Brasil na versão oficial.
Outro problema ocorrido foi que, em nome do estudo da realidade do aluno, do concreto, começaram a ser realizados estudos que abordavam essa realidade, mas de forma segmentada e descontextualizada, em que se generalizava em que se reproduzia o senso comum, ou se generalizavam conclusões a partir das versões simplistas e padronizadas de conceitos como os de cidade, bairro e não o seu bairro, etc.
Como reação a esses equívocos e a essas distorções, dois movimentos distintos têm sido observados em algumas escolas, principalmente da rede privada, já na década de 90.
O primeiro deles propõe que se rompa com a "tirania" do estudo baseado em áreas espaciais, partindo-se das mais próximas para as mais distantes (casa, escola, quarteirão, cidade, município, estado, país, continentes, mundo, etc).

Na tentativa de acompanhar a evolução psicológica da criança e do adolescente, adota um critério de "amplitude" do campo abrangido pelos conteúdos em conexão com os processos envolvidos na aprendizagem (...) Nas atividades as aprendizagens se desenvolvem antes sobre ações efetivas exercidas em situações concretas – e aí se incluem as habilidades de ler, escrever e contar – que pela sistematização do conhecimento; nas áreas de estudo, o concreto tende a equilibrar-se com o sistemático; e nas disciplinas, sem dúvida a categoria mais específica, as aprendizagens se fazem predominantemente pela sistematização e aplicação de conhecimentos, estabelecendo-se conscientemente o indispensável fluxo entre o saber e o fazer (...) Enquanto a atividade é processo quase puro, algo como alimento pré-digerido para quem não desenvolveu plenamente a capacidade de assimilação, a área de estudo ainda é mais processo que conteúdo e a disciplina é simultaneamente conteúdo e processo (CHAGAS, 1978, p. 197).

Na realidade próxima, de acordo com essa proposta, os meios de comunicação, em especial a televisão coloca os alunos em contato com as notícias e informações de diferentes lugares e partes do mundo, que se tornam parte da realidade imediata. Assim, dizem os defensores desse movimento, cabe ensinar as crianças desde as primeiras séries, a história de outros povos que constituem experiências significativas da História da humanidade e, portanto, necessárias e relevantes, como, por exemplo, a história dos egípcios, dos romanos, dos gregos, dos povos medievais e etc.
Nesse sentido, Ferreira (1999, p. 144) destaca que:

Como a nossa sociedade sofre um ritmo intenso de modificações, a escola e o ensino de história em especial, tem de acompanhar esse processo sob pena de transmitir conhecimentos já ultrapassados. Para isto deve incorporar os temas e as inovações tecnológicas com que os alunos já lidam no seu cotidiano. Constitui-se hoje, para os educadores do ensino fundamental e médio, um desafio muito grande ensinar alunos que têm contato cada vez maior com os meios de comunicação e sofrem a influência da televisão, rádio, jornal, videogames, [...] computador,

redes de informações e etc.

O autor, ainda enfatiza:

A utilização das metodologias ativas mais o uso do computador, como um recurso didático para o fazer cotidiano da sala de aula, contribui para a aumentar a participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, estimulando-os a desenvolver atividades de pesquisa vinculadas ao ensino de história, bem como para fazer do professor um orientador/facilitador, e não o proprietário do processo de transmissão do conhecimento. O conteúdo passa, então a ser construído coletivamente com ênfase no crescimento individual e na socialização (p. 149).

A questão sobre a opção entre trabalhar com conteúdos relacionados ao que é próximo do aluno com conteúdos relacionados a experiências de povos distantes no tempo e no espaço deve ser colocada em outros termos.
Nesse sentido, Freire (2002, p. 54) enfatiza:

[...] se o conhecimento científico e a elaboração do pensamento rigoroso não podem prescindir de sua matriz problematizadora, a apreensão deste conhecimento científico e do rigor deste pensamento filosófico não pode prescindir igualmente da sua problematização que deve ser feita em torno do próprio saber que o educando deve incorporar.

De nada adianta trabalhar com conteúdos da realidade do aluno, ou da realidade de outros povos que o aluno venha a conhecer por intermédio da televisão, se eles são abordados de forma fragmentada, descontextualizada e aleatória. Isso os meios de comunicação fazem, apresentando de forma rápida e descontextualizadas notícias, entretanto, o que se propõe no estudo e conceito de História, é que se busque um entendimento mais profundo dos processos em curso.
Freire (2020, p. 94) enfatiza que apenas uma educação genuinamente libertadora tem o poder de despertar as consciências e promover a transformação social:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente
compartimentada, mas nos homens como "corpos conscientes" e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Assim, nesta abordagem fica inserido o propósito de instigar o educador a refletir criticamente sobre os conteúdos tradicionalmente ensinados por ele e sobre outras possíveis relevâncias dos conteúdos de História para a formação dos alunos e considerando as expectativas e os conflitos do mundo atual, que requer a formação de múltiplas identidades para a constituição de uma sociedade mais democrática, o ensino de História pode então contribuir, por meio do trabalho com os conceitos de diferença, semelhanças, transformações e permanências, para que o aluno possa compreender o eu, o outro e o nós, no presente, passado e futuro, construindo assim, a sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de História tem uma importância fundamental para a formação do educando na sociedade em que vive.
Vale destacar que o ensino de História sendo trabalhado de forma interdisciplinar, requer do educador uma postura mais crítica em relação ao conhecimento, um compromisso com o trabalho coletivo e uma posição política pedagógica, na qual este educador poderá intervir nas noções transmitidas no processo de socialização da criança, no mundo vivido fora da escola, na família e no trabalho, enfim, em seus conhecimentos prévios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC SEF, 1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br › arquivos › pdf › livro05>.
Acessado em: 10 de fev. 2025

CHAGAS, Valnir. Educação Brasileira: O Ensino de 1° e 2° Graus. Antes, Agora e Depois? São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

FERREIRA, Carlos A. L. Ensino de História e a incorporação das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação: uma reflexão.
Revista de História Regional: Inverno, 1999.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GASMAN, Lydinéa; FONSECA, James Braga Vieira da. Guia Metodológico para cadernos MEC Estudos Sociais. Brasília, DF: FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar-MEC, 1969.

MARTINS, Maria do Carmo. A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes? São Paulo: EDUSF, 2000.

MEC. Ministério da Educação e do Desporto. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Brasília, 1997.
NADAI, Elza. Estudos Sociais no 1º grau. Revista em Aberto, Brasília, v.7, n. 37, Jan./Mar. 1988.

ZAMBONI, E. Quanto tempo o tempo tem? Campinas: alínea, 2003.